

**Gestão 2018-2020**

Procurador-Geral de Justiça  
**Paulo Cezar dos Passos**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo  
**Helton Fonseca Bernardes**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional  
**Olavo Monteiro Mascarenhas**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Marcos Antonio Martins Sottoriva**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Antonio Siufi Neto**  
Ouvidor do Ministério Público  
**Silasneiton Gonçalves**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrainer</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: [caopjdcadh@mpms.mp.br](mailto:caopjdcadh@mpms.mp.br)

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 980/2019-PGJ, DE 22.3.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Maurício Mecelis Cabral 4 (quatro) dias de licença, no período de 5 a 8.2.2019, em razão de doença em pessoa da família, nos termos do artigo 139, inciso III, e do artigo 150, parágrafo único, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 981/2019-PGJ, DE 22.3.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Paulo Henrique Mendonça de Freitas 1 (um) dia de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no dia 24.11.2018, a ser usufruído no dia 20.3.2019, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 982/2019-PGJ, DE 22.3.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Autorizar o 39º Promotor de Justiça de Campo Grande, Fernando Martins Zaupa, a se ausentar da referida Comarca, no dia 12.4.2019, para participar da abertura do “Curso Avançado Especial 2019”, promovido pela Escola de Altos Estudos em Ciências Criminais, em São Paulo/SP.

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 983/2019-PGJ, DE 22.3.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Cristiane Barreto Nogueira Rizkallah 5 (cinco) dias de férias remanescentes, referentes ao período aquisitivo 2010/2011, a serem usufruídos no período de 8 a 12.4.2019, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 984/2019-PGJ, DE 22.3.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Tornar sem efeito a Portaria nº 4169/2018-PGJ, de 7.12.2018, que concedeu à Promotora de Justiça Luz Marina Borges Maciel Pinheiro compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, referente aos períodos de 18 a 25.9.2017 e 9 a 16.4.2018, que seria usufruída nos dias 24, 25, 26, 27 e 28.6.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 985/2019-PGJ, DE 22.3.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 8º Promotor de Justiça de Três Lagoas, Luciano Anechini Lara Leite, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Juizado Especial Cível e Criminal da referida Comarca, no período de 1º a 31.3.2019; e tornar sem efeito, no referido período, a Portaria nº 2755/2018-PGJ, de 9.8.2018.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 986/2019-PGJ, DE 22.3.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Suspender, por necessidade de serviço, a partir de 18.3.2019, as férias da Promotora de Justiça Luciana Moreira Schenk, concedidas por meio da Portaria nº 4101/2018-PGJ, de 4.12.2018.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 988/2019-PGJ, DE 22.3.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Daniel Higa de Oliveira 1 (um) dia de férias compensatórias, referente ao feriado forense de 20 de dezembro de 2015 a 6 de janeiro de 2016, a ser usufruído no dia 25.3.2019, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 987/2019-PGJ, DE 22.3.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E:**

Alterar a Portaria nº 4257/2018-PGJ, de 13.12.2018, que estabeleceu a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça de Campo Grande, referente ao primeiro semestre de 2019, de forma que:

- onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORES DE JUSTIÇA
	PLANTÃO CRIMINAL (Telefone: 98478-2089)
8 (18h01min) a 15.4.2019 (7h59min)	Fabricio Proença de Azambuja
13 (18h01min) a 20.5.2019 (7h59min)	Camila Augusta Calarge Doreto

- passe a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORES DE JUSTIÇA
	PLANTÃO CRIMINAL (Telefone: 98478-2431)
8 (18h01min) a 15.4.2019 (7h59min)	Camila Augusta Calarge Doreto
13 (18h01min) a 20.5.2019 (7h59min)	Fabricio Proença de Azambuja

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1001/2019-PGJ, DE 22.3.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E:**

Convocar os Promotores de Justiça abaixo relacionados para participarem de reunião de trabalho, a ser realizada no dia 29 de março de 2019, às 10h, na sede do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, Rua Pres. Manuel Ferraz de Campos Salles, nº 214, Jardim Veraneio, em Campo Grande – MS.

PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	COMARCA
Antonio Carlos Garcia de Oliveira	Três Lagoas
Edival Goulart Quirino	Bataguassu
Allan Thiago Barbosa Arakaki	Anaurilândia
Bianka Machado Arruda Mendes	Batayporã
Fernando Marcelo Peixoto Lanza	Brasilândia

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1005/2019-PGJ, DE 25.3.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E:**

Designar a Promotora de Justiça de Nioaque, Mariana Sleiman Gomes, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da comarca de Dois Irmãos do Buriti, no dia 25.3.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1006/2019-PGJ, DE 25.3.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E:**

Alterar a Portaria nº 4257/2018-PGJ, de 13.12.2018, que estabeleceu a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça de Campo Grande, referente ao primeiro semestre de 2019, de forma que:

- onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORES DE JUSTIÇA
	PLANTÃO CÍVEL (Telefone: 98478-2431)
25.3 (18h01min) a 1º.4.2019 (7h59min)	Grazia Strobel da Silva Gaifatto

- passe a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORES DE JUSTIÇA
	PLANTÃO CÍVEL (Telefone: 98478-2431)
25.3 (18h01min) a 1º.4.2019 (7h59min)	Alexandre Pinto Capiberibe Saldanha

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 977/2019-PGJ, DE 22.3.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E:**

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 8/PGJ/2019, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Laura Regina Barbosa Victor Chaparim, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 1.1) Suplente – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 2) Fiscal Administrativo – Elvys Tomas Bernal, Chefe da Divisão de Almoxarifado; 2.1) Suplente – Rosinei Escobar Xavier, Técnico I; 3) Fiscal Técnico – Bruno Dantas Sanchez, Chefe do Setor de Manutenção e Suporte; 3.1) Suplente – Marcos Antônio Nascimento de Azevedo, Analista/Engenharia Civil (Processo PGJ/10/0694/2019).

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 978/2019-PGJ, DE 22.3.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E:**

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 11/PGJ/2019, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Laura Regina Barbosa Victor Chaparim, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 1.1) Suplente – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 2) Fiscal Administrativo – Elvys Tomas Bernal, Chefe da Divisão de Almoxarifado; 2.1) Suplente – Rosinei Escobar Xavier, Técnico I; 3) Fiscal Técnico – Marcos Antônio Nascimento de Azevedo, Analista/Engenharia Civil; 3.1) Suplente – Bruno Dantas Sanchez, Chefe do Setor de Manutenção e Suporte (Processo PGJ/10/0745/2019).

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 989/2019-PGJ, DE 22.3.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Incluir na Portaria nº 363/2019-PGJ, de 30.1.2019, que designou membros e servidores para, sem prejuízo de suas funções, comporem o Comitê de Modernização Administrativa, responsável por promover a modernização da gestão administrativa da Instituição por meio da execução do Projeto “Paiaguá”, o servidor Renato Boggi Rodrigues.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA Nº 949/2019-PGJ, DE 19.3.2019**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Alterar as férias dos servidores do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, concedidas por meio das portarias abaixo relacionadas, e suas modificações, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, conforme segue:

Onde consta:

**PORTARIA Nº 4133/2017-PGJ**

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Maria Aparecida Gomes Bispo	2016/2017	9 a 18.7.2018	4 a 13.2.2019		8 a 17.1.2018

**PORTARIA Nº 1969/2018-PGJ**

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Jose Lima Fidelis	2017/2018	10 a 19.9.2018	8 a 17.4.2019		23.7 a 1º.8.2018

**PORTARIA Nº 2404/2018-PGJ**

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Cristiane Souza Diniz	2017/2018	15 a 24.10.2018	11 a 20.3.2019		1º a 10.8.2018

**PORTARIA Nº 3459/2018-PGJ**

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Rafael Ponteli Ataide	2017/2018	29.11 a 8.12.2019	20 a 29.5.2019	11 a 20.9.2019	

**PORTARIA Nº 4142/2018-PGJ**

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Jose Carlos Pires Gonçalves Segundo	2017/2018	15 a 24.7.2019	9 a 18.12.2019		7 a 16.1.2019
Paulo Márcio da Silva Soeira	2015/2016	18 a 27.2.2019	15 a 24.7.2019		7 a 16.1.2019
Silvia Roberta de Souza Taborda Bortot	2017/2018	7 a 16.1.2019	8 a 17.7.2019		5 a 14.11.2019

PORTARIA Nº 053/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Cassyana Fontoura Rocha	2018/2019	13 a 22.2.2019	22.4 a 1º.5.2019		25.2 a 6.3.2019
Jean Claud Borges Maciel Pinheiro	2014/2015	9 a 18.4.2019	5 a 14.11.2019		4 a 13.2.2019

PORTARIA Nº 451/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Emerval Carmona Gomes	2016/2017	11 a 20.3.2019	3 a 12.6.2019		21 a 30.3.2019
Terezinha de Jesus Nantes Ferreira	2017/2018	8 a 17.4.2019	5 a 14.8.2019		1º a 10.3.2019
Pablo Ferelli de Souza	2018/2019	17 a 26.4.2019	1º a 10.10.2019		27.3 a 5.4.2019

PORTARIA Nº 891/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Andressa Rodrigues Crepaldi	2018/2019	8 a 17.4.2019	10 a 19.6.2019		5 a 14.8.2019
Elvey Tessaro Andrade	2016/2017	22.4 a 1º.5.2019	24.6 a 3.7.2019		13 a 22.5.2019
Louise Isabelita Lima de Brites Padovan	2017/2018	17 a 26.7.2019	5 a 14.11.2019		8 a 17.4.2019

Passe a constar:

PORTARIA Nº 4133/2017-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Maria Aparecida Gomes Bispo	2016/2017	9 a 18.7.2018	20.2 a 1º.3.2019		8 a 17.1.2018

PORTARIA Nº 1969/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Jose Lima Fidelis	2017/2018	10 a 19.9.2018	6 a 15.5.2019		23.7 a 1º.8.2018

PORTARIA Nº 2404/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Cristiane Souza Diniz	2017/2018	15 a 24.10.2018	24.6 a 3.7.2019		1º a 10.8.2018

PORTARIA Nº 3459/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Rafael Ponteli Ataide	2017/2018	29.11 a 8.12.2019	12 a 21.8.2019	7 a 16.1.2020	

PORTARIA Nº 4142/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Jose Carlos Pires Gonçalves Segundo	2017/2018	8 a 17.7.2019	9 a 18.12.2019		7 a 16.1.2019
Paulo Márcio da Silva Soeira	2015/2016	18 a 27.2.2019	20 a 29.5.2019		7 a 16.1.2019
Silvia Roberta de Souza Taborda Bortot	2017/2018	7 a 16.1.2019	8 a 17.7.2019		6 a 15.5.2019

PORTARIA Nº 053/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Cassyana Fontoura Rocha	2018/2019	13 a 22.2.2019	7 a 16.1.2020		25.2 a 6.3.2019
Jean Claud Borges Maciel Pinheiro	2014/2015	9 a 18.4.2019	3 a 12.6.2019		4 a 13.2.2019

PORTARIA Nº 451/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Emerval Carmona Gomes	2016/2017	11 a 20.3.2019	3 a 12.6.2019		1º a 10.3.2019
Terezinha de Jesus Nantes Ferreira	2017/2018	8 a 17.4.2019	5 a 14.8.2019		2 a 11.3.2019
Pablo Ferelli de Souza	2018/2019	22.4 a 1º.5.2019	1º a 10.10.2019		27.3 a 5.4.2019

PORTARIA Nº 891/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Andressa Rodrigues Crepaldi	2018/2019	22.4 a 1º.5.2019	8 a 17.7.2019		2 a 11.12.2019
Elvey Tessaro Andrade	2016/2017	8 a 27.7.2019			13 a 22.5.2019
Louise Isabelita Lima de Brites Padovan	2017/2018	10 a 19.7.2019	5 a 14.11.2019		8 a 17.4.2019

HELTON FONSECA BERNARDES  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

#### PORTARIA Nº 971/2019-PGJ, DE 20.3.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 11.3.2019, as férias da servidora Claudia Regina Mendonça Evangelista, concedidas por meio da Portaria nº 451/2019-PGJ, de 8.2.2019, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, a serem usufruídas no período de 22 a 26.4.2019.

HELTON FONSECA BERNARDES  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

#### PORTARIA Nº 972/2019-PGJ, DE 20.3.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 14.3.2019, as férias do servidor Joel Gonçalves Coelho, concedidas por meio da Portaria nº 3459/2018-PGJ, de 15.10.2018, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, a serem usufruídas no período de 17 a 19.6.2019.

HELTON FONSECA BERNARDES  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

#### PORTARIA Nº 973/2019-PGJ, DE 20.3.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 1º.3.2019, as férias da servidora Maria Isabelli Monteiro de Oliveira, concedidas por meio da Portaria nº 3459/2018-PGJ, de 15.10.2018, com a redação dada pela Portaria nº 4337/2018-PGJ, de 17.12.2018, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, a serem usufruídas no período de 29.4 a 4.5.2019.

HELTON FONSECA BERNARDES  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

**PORTARIA Nº 970/2019-PGJ, DE 20.3.2019**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Lucival Rodrigues de Oliveira Junior, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Núcleo de Controle e Autuação, no período de 11 a 30.3.2019, durante as férias do titular, Marcus Vinícius Pereira Alegre.

HELTON FONSECA BERNARDES  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

**PORTARIA Nº 990/2019-PGJ, DE 22.3.2019**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Conceder ao servidor Alex Sander Silva Neves, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 1 (um) dia de licença para tratamento de saúde, no dia 8.3.2019, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

HELTON FONSECA BERNARDES  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

**PORTARIA Nº 991/2019-PGJ, DE 22.3.2019**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Conceder ao servidor Alex Sander Silva Neves, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 11.3 a 9.4.2019, em prorrogação, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “d” do inciso II do artigo 19 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009, e, ainda, alínea “g” do inciso I do artigo 31 e artigo 53, ambos da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005.

HELTON FONSECA BERNARDES  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

**PORTARIA Nº 992/2019-PGJ, DE 22.3.2019**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Conceder à servidora Léa Catarina Iunes Garcia, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 21.3 a 19.4.2019, em prorrogação, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “d” do inciso II do artigo 19 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009, e, ainda, alínea “g” do inciso I do artigo 31 e artigo 53, ambos da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005.

HELTON FONSECA BERNARDES  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

**CONSELHO SUPERIOR****AVISO Nº 07/2019/CSMP**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL E PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do art. 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994 e os arts. 22 e 23 da Resolução nº 002/CSMP, de 22.4.2009, torna pública a lista dos inscritos para promoção pelo critério de merecimento para a 4ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã, segunda entrância:

Inscritos para promoção: Promotores de Justiça Thiago Bonfatti Martins, Andréa de Souza Resende, Bianka Machado Arruda Mendes, Matheus Carim Bucker, Allan Thiago Barbosa Arakaki e Fábio Adalberto Cardoso de Moraes.

Campo Grande, 25 de março de 2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**AVISO Nº 08/2019/CSMP**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL E PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do art. 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994 e os arts. 22 e 23 da Resolução nº 002/CSMP, de 22.4.2009, torna pública a lista dos inscritos para remoção pelo critério de antiguidade e para promoção pelo critério de antiguidade para a 4ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí, segunda entrância:

Inscritos para remoção: Promotores de Justiça Juliana Martins Zaupa, Thiago Barbosa da Silva e Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto.

Inscritos para promoção: Promotores de Justiça Thiago Bonfatti Martins, Andréa de Souza Resende, Bianka Machado Arruda Mendes e Fábio Adalberto Cardoso de Moraes.

Campo Grande, 25 de março de 2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PAUTA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE SE REALIZARÁ NO DIA 2 DE ABRIL DE 2019, ÀS 9 HORAS, OU NAS REUNIÕES SUBSEQUENTES.**

**6. Expedientes:****6.1. Expedientes encaminhados para apreciação:****1. 72ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- **Ofício nº 0135/2019/72PJ/CGR**, de 11.3.2019.

**2. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Aparecida do Taboado:**

- **Ofício nº 005/2019/1ªPJAP**, de 7.3.2019.

**3. Coordenadoria das Procuradorias de Justiça Criminais:**

- **Ofício nº 004/2019/CPJ/-Criminais**, de 14.3.2019, a 4ª Procuradora de Justiça Criminal Sara Francisco Silva, em cumprimento ao §1º, do artigo 8º, da Resolução nº 002/2012/CPJ de 03.05.2012, encaminha cópia da Ata nº 001/2019 referente à reunião da Coordenadoria das Procuradorias de Justiça Criminais, realizada em 13.2.2019.

**6.2. Comunicação das promoções de arquivamento de Procedimentos Administrativos, para ciência:****1. Promotoria de Justiça da comarca de Terenos:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000726-3.

**2. 44ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002859-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002913-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000068-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004282-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003950-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003933-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003111-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001066-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002046-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003584-8.

**3. 32ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002808-0.

**4. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Ivinhema:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002929-0.

**5. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Costa Rica:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00002976-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003606-9.

**6. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Aquidauana:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004333-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2016.00002469-8.

**7. 25ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2016.00002364-4.

**8. Promotoria de Justiça da comarca de Bataguassu:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000792-0.

**9. Promotoria de Justiça da comarca de Angélica:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00003087-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003608-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003925-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004067-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003224-0.

**10. Promotoria de Justiça da comarca de Rio Verde de Mato Grosso:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00001652-5.

**11. 7ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000627-5.

**12. Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00000678-2.

**13. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00001213-0.

**14. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004645-6.

**15. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Miranda:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002359-6.

**16. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000786-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004565-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004628-9.

**17. 6ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00004189-0.

**18. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Aquidauana:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00002101-7.

**6.3. Expedientes encaminhados ao Conselho Superior para análise em bloco das prorrogações de prazo de inquéritos civis e procedimentos preparatórios, conforme o art. 122 do Regimento Interno do CSMP:****6.3.1. CONSELHEIRO SILVIO CESAR MALUF:****1. Promotoria de Justiça da comarca de Angélica:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001384-0.

**2. 57ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000792-0.

**3. 32ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000058-1.

**4. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Miranda:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000690-9.

**5. Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000661-0.

**6. Promotoria de Justiça da comarca de Anastácio:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000451-8.

**7. 10ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000564-3.

**6.3.2. CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:****1. 10ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00003179-6.

**2. 57ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000338-9.

**3. 32ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000117-0.

**4. 26ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001181-5.

**5. 25ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00003433-8.

**6. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000716-3.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00000732-0.

**7. Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000489-9.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00001690-3.

**6.3.3. CONSELHEIRO BELMIREZ SOLES RIBEIRO:****1. Promotoria de Justiça da comarca de Sonora:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000788-5.

**2. 57ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000791-9.

**3. 26ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000780-5.

**4. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Mundo Novo:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000677-5.

**5. 16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000983-1.

**6.3.4. CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:****1. Promotoria de Justiça da comarca de Batavaporã:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000043-3.

**2. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Miranda:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000682-0.

**3. Promotoria de Justiça da comarca de Mundo Novo:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000685-3.

**4. 16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000212-7.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00001385-7.

**6.3.5. CONSELHEIRO FRANCISCO NEVES JÚNIOR:****1. Promotoria de Justiça da comarca de Terenos:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00002455-1.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00001560-0.

**2. Promotoria de Justiça da comarca de Sonora:**

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000636-7.

**3. Promotoria de Justiça da comarca de Rio Verde de Mato Grosso:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00003592-6.

**4. Promotoria de Justiça da comarca de Porto Murtinho:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000207-9.

**5. Promotoria de Justiça da comarca de Inocência:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000066-0.

**6. Promotoria de Justiça da comarca de Iguatemi:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000059-2.

**7. Promotoria de Justiça da comarca de Deodópolis:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000246-8.

**8. Promotoria de Justiça da comarca de Brasília:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001471-6.

**9. Promotoria de Justiça da comarca de Anastácio:**

- Inquérito Civil nº 06.2016.000001132-6.

**10. Promotoria de Justiça da comarca de Água Clara:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.000001345-0.
- Inquérito Civil nº 06.2017.000001504-8.

**11. GACEP – Grupo de Atuação de Controle Externo da Atividade Policial:**

- Inquérito Civil nº 06.2016.000001587-7.

**12. 7ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.000001072-0.

**13. 67ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.000002845-8.
- Procedimento Preparatório nº 06.2018.000002840-3.
- Inquérito Civil nº 06.2017.000001085-3.

**14. 5ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.000001393-9.

**15. 57ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001266-2.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00000253-5.

**16. 34ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000439-9.

**17. 32ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000977-9.

**18. 31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Inquérito Civil nº 06.2015.00000324-4.

**19. 30ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Inquérito Civil nº 06.2016.000000759-9.
- Procedimento Preparatório nº 06.2016.00003022-9.

**20. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:**

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000991-7.

**21. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Rio Brilhante:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.000000761-5.
- Inquérito Civil nº 06.2018.000000227-9.
- Inquérito Civil nº 06.2017.000000809-1.
- Inquérito Civil nº 06.2018.000000172-5.
- Inquérito Civil nº 06.2018.000000447-7.

**22. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Miranda:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.000000255-7.

**23. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:**

- Inquérito Civil nº 06.2015.000000015-8.

- Inquérito Civil nº 06.2015.000000380-8.
- Inquérito Civil nº 06.2017.000001264-0.
- Inquérito Civil nº 06.2018.000000615-3.

**24. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.000000273-5.
- Inquérito Civil nº 06.2018.000000200-2.

**25. 26ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.000000669-7.
- Inquérito Civil nº 06.2017.000000280-9.

**26. 25ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.000002642-7.
- Procedimento Preparatório nº 06.2017.000003416-0.

**27. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:**

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.000002838-0.

**28. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Maracaju:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001555-9.

**29. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Jardim:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000757-4.

**30. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ivinhema:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000046-0.

**31. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000593-2.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00000738-5.

**32. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Chapadão do Sul:**

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002562-8.

**33. Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000693-1.

**34. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Aquidauana:**

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001444-5.

**35. 16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001136-0.
- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00003020-9.

**36. 11ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

- Inquérito Civil nº 06.2015.00000276-7.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00002400-3.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000652-3.

**37. 10ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002953-5.

**6.3.6. CONSELHEIRO SILASNEITON GONCALVES:**

**1. Promotoria de Justiça da comarca de Anastácio:**

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001466-7.

**2. 31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000905-7.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00001010-5.

**3. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000366-7.

**4. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001286-2.

**5. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:**

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00003376-1.

**6. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:**

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000399-2.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000401-4.

**7. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000299-0.

**8. 25ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00003432-7.

**9. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Caarapó:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001099-7.

**7. Ordem do dia:****7.1. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:****7.1.1. RELATOR-CONSELHEIRO SILVIO CESAR MALUF:****1. Inquérito Civil nº 06.2018.00001095-7**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar dano ambiental.

**2. Inquérito Civil nº 06.2017.00002087-3**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Itaporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Douradina

Assunto: Apurar eventual descumprimento da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) por parte do gestor público do Município de Douradina, tendo em vista o não funcionamento adequado e/ou não-alimentação do Portal da Transparência, nos moldes legalmente exigidos.

**3. Inquérito Civil nº 06.2018.00001520-8 – SIGILOSO**

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

**4. Inquérito Civil nº 06.2018.00000840-7**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Polícia Militar Ambiental

Requerida: Fazenda Santa Rita

Assunto: Apurar a ocorrência de irregularidades ambientais consistentes em extrair mineral (cascalho) em área de preservação permanente, em desacordo com a autorização/licença do órgão ambiental competente, na Fazenda Santa Rita, situada no município de Bodoquena – MS.

**5. Inquérito Civil nº 06.2018.00000869-5**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ivinhema

Requerente: 15º Batalhão de Polícia Militar/CPE

Requerida: Juliana Ortiz

Assunto: Apurar eventual dano ambiental decorrente de corte raso de vegetação nativa sem autorização ambiental, no imóvel rural denominada Estância Nossa Senhora Aparecida, no Município de Ivinhema.

**6. Inquérito Civil nº 06.2017.00002129-4**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Silvio Rosa da Silva

Assunto: Apurar suposta irregularidade ambiental na Fazenda Santa Almeida, em razão da supressão de 69,5191 hectares de vegetação nativa.

**7. Inquérito Civil nº 06.2017.00000086-6**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: João Luiz Mella

Assunto: Apurar eventual dano ambiental decorrente do desmatamento sem autorização de 21,11 ha na Fazenda Reis de Ouro, nesta cidade de Nova Andradina/MS.

**8. Inquérito Civil n. 06.2018.00000729-6 – SIGILOSO**

17ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Dourados

**7.1.2. RELATOR-CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:****1. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001415-0 – SIGILOSO**

67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande

**2. Inquérito Civil nº 06.2016.00000543-5**

26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurara existência de normas para transporte intermunicipal ou interestadual, de animais domésticos e verificar a existência de condições apropriadas do local de transporte (bagageiros) ou compartimento isolado apropriado.

**3. Inquérito Civil nº 06.2017.00000664-9**

26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Imasul e Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da Resolução SEMADE n. 09/2015 no que se refere a falta de exigência de licenciamento ambiental para plantio de árvores exóticas, precisamente plantio de eucalipto, diante dos impactos ambientais decorrentes de tal atividade, tendo em vista que o órgão ambiental estadual apenas exige o "informativo de atividade".

**4. Inquérito Civil nº 06.2017.00000800-3**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Sítio Santo Expedito - Osmar de Souza Lima Sobrinho

Assunto: Apurar a ocorrência de irregularidades ambientais no Sítio Santo Expedito, situado no município de Bodoquena.

**5. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000937-2**

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Jardim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais atos de improbidade administrativa ocorrido no âmbito da Câmara Municipal de Guia Lopes da Laguna, especificamente sobre possível enriquecimento ilícito ocorrido pelo vereador Ademir de Souza Almeida.

**6. Inquérito Civil nº 06.2015.00000377-7**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Prefeitura Municipal de Camapuã

Assunto: Apurar eventual desídia da municipalidade com relação aos resíduos provenientes de obras públicas não finalizadas, deixados na parte de baixo do bairro Vista Alegre, margeado a reserva florestal, no município de Camapuã/MS.

**7. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002431-8**

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: AGEPEN - Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário

Assunto: Apurar eventual irregularidade no pagamento de horas extras aos servidores da AGEPEN-MS.

**8. Procedimento Preparatório nº 06.2018. 00001748-3**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Mundo Novo

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar prática de atos de improbidade administrativa envolvendo diversos municípios do Estado do Mato Grosso do Sul, contendo o gasto que cada Vereador teve com diárias no ano de 2017.

**9. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002176-5**

1ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Cassilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Master Med Card Saúde Cartões Ltda.

Assunto: Apurar possível lesão aos direitos dos consumidores, em razão dos serviços prestados pelo cartão de desconto da empresa "Master Med Card", no município de Cassilândia/MS.

**7.1.3. RELATOR-CONSELHEIRO BELMIREZ SOLES RIBEIRO:****1. Inquérito Civil nº 06.2018.00002864-7**

32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerida: Secretaria Municipal de Saúde Pública de Campo Grande

Assunto: Apurar a falta de profissionais, equipamentos, aparelhos e insumos na UBSF Paulo Coelho Machado.

**2. Inquérito Civil nº 06.2017.00002402-5 – SIGILOS**

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca da comarca de Corumbá

**3. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002477-3 – SIGILOS**

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca da comarca de Campo Grande

**4. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000632-0 – SIGILOS**

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

**5. Inquérito Civil nº 06.2018.00001341-0**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estância Cristo Rei, Antônio José Gonçalves Piovezana

Assunto: Apurar a ocorrência de dano ambiental na Estância Cristo Rei, em Bela Vista/MS, (Espólio de Antônio Piovezana) de propriedade do Sr. Antônio José Gonçalves Piovezana, em razão da supressão vegetal de 10,27 hectares de vegetação nativa.

**6. Inquérito Civil nº 06.2017.00000732-6**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Rebucci & Rebucci LTDA-ME

Assunto: Apurar possível dano ambiental decorrente da prática da conduta prevista no art. 54, §2º, V c/c art. 60 da Lei Federal nº 96.05/98 pela empresa denominada Rebucci & Rebucci Ltda. ME, localizada na Rodovia BR 262, Km 09, em Três Lagoas/MS.

#### **7.1.4. RELATOR-CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:**

##### **1. Inquérito Civil nº 06.2018.00002502-8**

32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Secretaria Municipal de Saúde Pública de Campo Grande

Assunto: Apurar a falta de profissionais, equipamentos, aparelhos e insumos na UBSF Parque do Sol.

##### **2. Inquérito Civil nº 06.2017.00002142-8 – SIGILOS**

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

##### **3. Inquérito Civil nº 06.2019.00000168-4**

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa no CRAS Vila Nasser, uma vez que o estado de conservação do prédio seria precário.

##### **4. Inquérito Civil nº 06.2017.00000055-5 – SIGILOS**

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

##### **5. Inquérito Civil nº 06.2018.00000140-3 – SIGILOS**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Caarapó

##### **6. Inquérito Civil nº 06.2018.00000003-7**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Hari Alberto Fritschi

Assunto: Apurar eventual poluição ambiental, oriunda de irregularidade no armazenamento e potencial manejo de agrotóxicos, na propriedade rural denominada Estância Laura de responsabilidade de Hari Alberto Fritschi.

##### **7. Inquérito Civil nº 06.2018.00002267-5**

26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Apurar a ocorrência de danos à Esplanada Ferroviária de Campo Grande, patrimônio histórico e cultural tombado pelos três entes federativos, em razão da realização de grandes eventos naquele local, como carnaval e outros.

##### **8. Inquérito Civil nº 06.2018.00000508-7**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sonora

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Prefeitura Municipal de Sonora

Assunto: Apurar eventual prática de improbidade administrativa consubstanciada na utilização de verba pública em festividades de Carnaval no Município de Sonora, no exercício de 2018, em violação aos princípios da razoabilidade, proporcionalidade, eficiência, economicidade e interesse público.

##### **9. Inquérito Civil nº 06.2018.00002125-4**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Porto Murtinho

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Firmino Miranda Cortada Filho

Assunto: Apurar eventual dano ambiental, possível degradação da Área de Preservação Permanente e Reserva Legal, bem como a regularização jurídico-ambiental da propriedade denominada Fazenda Braunal e Reata, localizada às margens do Rio Apa.

**10. Inquérito Civil nº 06.2016.00000770-0 – SIGILOS**

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

**11. Inquérito Civil nº 06.2018.00001065-7 – SIGILOS**

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

**12. Inquérito Civil nº 06.2015.00000228-9 – SIGILOS**

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

**13. Inquérito Civil nº 06.2018.00001028-0**

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Câmara Municipal de Selvíria

Assunto: Apurar eventual ilegalidade, favorecimento e pessoalidade na carta convite 02/2018 manejada pela Câmara de Vereadores de Selvíria para a contratação de empresa de prestação de serviços na área de tecnologia da informática durante o ano de 2018.

**14. Inquérito Civil nº 06.2018.00000885-1**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Maracaju

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerida: Tamiozzo & Tamiozzo Ltda.

Assunto: Apurar a conduta da empresa requerida de ter em depósito, em sua propriedade denominada Chácara Juquita, 10 (dez) estêreos de produto florestal, sem licença outorgada pela autoridade competente.

**15. Inquérito Civil nº 06.2018.00000048-1**

1ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de São Gabriel do Oeste

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: ENERGISA S.A.

Assunto: Apurar representação dando conta da má prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica aos consumidores produtores rurais do Município de São Gabriel do Oeste, consubstanciada na frequente interrupção dos serviços e consequente demora em seu restabelecimento.

**16. Inquérito Civil nº 06.2017.00001263-0**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Bodoquena

Assunto: Apurar suposta falta de servidores para o atendimento na Unidade Básica de Saúde Maria Rita Sena, em Bodoquena/MS.

**17. Inquérito Civil nº 06.2017.00001703-5**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Chapadão do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Chapadão do Sul

Assunto: Apurar a contratação de servidores temporários, fora das hipóteses constitucionais e legais permitidas, por parte do Município de Chapadão do Sul/MS.

**18. Inquérito Civil nº 06.2018.00000731-9**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Coxim

Assunto: Apurar irregularidades no procedimento licitatório da reforma e conservação da Praça Silvio Ferreira.

**19. Inquérito Civil nº 22/2015**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Glaucos Gomes Soares

Assunto: Apurar eventual notícia de desmate irregular na fazenda Coringa.

**20. Inquérito Civil nº 72/2012**

2ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Coronel Sapucaia

Assunto: Apurar eventuais irregularidades no Sistema Municipal de Saúde, conforme constatações do Ministério da Saúde.

**7.1.5. RELATOR-CONSELHEIRO FRANCISCO NEVES JÚNIOR:****1. Inquérito Civil nº 06.2018.00002180-0**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Batayporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Batayporã

Assunto: Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Companhia Energética de São Paulo – CESP, relativas ao Município de Batayporã.

**2. Inquérito Civil nº 06.2018.00002128-7**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Anaurilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Prefeitura Municipal de Anaurilândia

Assunto: Apurar o destino da aplicação de recursos financeiros da Prefeitura Municipal de Anaurilândia em eventual acordo formulado com a CESP- Companhia Energética do Estado de São Paulo.

**3. Inquérito Civil nº 06.2018.00001035-7**

2ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Hospital Psiquiátrico Dr. Adolfo Bezerra de Menezes

Assunto: Apurar eventuais irregularidades em hospital psiquiátrico.

**4. Inquérito Civil nº 06.2018.00000161-4**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Ivinhema

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: São Bento Incorporadora Ltda.

Objeto: Apurar eventual dano ambiental, bem como a responsabilização em razão dele, decorrente do processo erosivo existente no Bairro Eco Park, nesta cidade de Ivinhema, conforme registros de atividade de campo realizada pelos membros da Ivibio no dia 08/09/2017.

**5. Inquérito Civil nº 06.2018.00003018-6**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Luiz Chavez Eguez

Assunto: Apurar a regularidade da supressão de 3,70 hectares em área determinada como de Mata Atlântica, no interior do imóvel rural “Balneário Iracema”, ora pertencente a Luiz Chavez Eguez, sem a correspondente autorização ambiental competente.

**6. Inquérito Civil nº 06.2016.00000913-1**

1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da Comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Antônio João

Assunto: Fiscalizar o cumprimento pelo Município de Antônio João da disposição da Lei Complementar n. 131/2009 e da Lei n. 12.527/2011 relativas ao acesso à informação e à transparência na execução orçamentária e financeira.

**7. Inquérito Civil nº 06.2018.00001295-5**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: 5º Batalhão de Polícia Militar de Coxim

Assunto: Apurar eventuais irregularidades no uso de automóveis apreendidos e acautelados ao 5º Batalhão de Polícia Militar de Coxim.

**8. Inquérito Civil n. 06.2018.00001919-2**

17ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Dourados e outro

Assunto: Apurar eventuais irregularidades no âmbito dos CRAS e CREAS, mormente, quanto a falta de servidores (assistente social e psicólogo) para o atendimento da demanda no Município de Dourados/MS.

**9. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002273-1**

25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: SKANIX Construtora - Lopes, Morilhas e Araújo Freire Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda, Luis Paulo Cordeiro, Espartha Imóveis

Assunto: Apurar eventual irregularidade na comercialização do empreendimento Grand Village.

**10. Inquérito Civil nº 13/2015**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ribas do Rio Pardo

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual denúncia anônima de esquema de desvio de dinheiro público.

**11. Inquérito Civil nº 27/2013**

1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Ponta Porã/MS

Assunto: Apurar a adequação e qualidade no atendimento de pacientes submetidos ao Programa de Diálise Peritoneal no município de Ponta Porã/MS.

**12. Inquérito Civil nº 8/2014**

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Aquidauana

Requerente: Daniele da Silva Santos

Requeridos: Portal Pantaneiro Hotel Ltda.-ME e a Prefeitura Municipal de Aquidauana

Assunto: Apurar eventual irregularidade na contratação dos serviços da Empresa Portal Pantaneira Hotel Ltda.-ME, pela Prefeitura Municipal de Aquidauana.

**13. Inquérito Civil nº 8/2016**

2ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar e adotar providências na esfera cível acerca das condições precárias da Unidade Regional de Perícia e Identificação da comarca de Corumbá/MS, tendo em vista o esgotamento e ineficácia das providências pelo GACEP.

**14. Inquérito Civil nº 13/2015**

10ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar o não fornecimento da opção de aplicação da analgesia em parto normal, tanto na rede pública quanto na rede privada.

**7.1.6. RELATOR-CONSELHEIRO SILASNEITON GONÇALVES:****1. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000793-0**

10ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar as causas da exclusão do Município de Dourados do Plano de Expansão da Radioterapia do SUS (Portaria n. 931/2012), bem como empreender medidas colaborativas para a sua reversão.

**2. Inquérito Civil nº 06.2018.00000959-4**

Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Inocência

Requerentes: Cleiton Messias dos Santos e Neide Gonçalves de Oliveira

Requerida: TIM Celular S/A

Assunto: Averiguar possível má prestação de serviço de internet móvel pela operadora TIM Celular S/A, no município de Inocência/MS.

**3. Inquérito Civil nº 06.2018.00000436-6 – SIGILOSO**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Deodápolis

**4. Inquérito Civil nº 06.2017.00001443-8**

2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Ivinhema

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Ivinhema

Assunto: Apurar eventual violação dos direitos individuais indisponíveis, inerentes aos menores de idade usuários do transporte escolar, residentes na Gleba Jaborandi, em razão da ausência de monitor de alunos no coletivo.

**5. Inquérito Civil nº 06.2018.00001587-4 – SIGILOSO**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

**6. Inquérito Civil nº 06.2016.00000129-4**

10ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Condomínio Parque dos Ypês

Assunto: Averiguar existência do certificado do CBM do Condomínio Parque dos Ypês.

**7. Inquérito Civil nº 06.2017.00000262-0**

10ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Dourados/MS

Assunto: Apurar notícia de eventual contratação precária ilegal, de médicos generalistas, a despeito da existência de profissionais aprovados em recente concurso público.

**8. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002106-5 – SIGILOSO**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Terenos

**9. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001134-5**

25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Chácara Luz Verde

Assunto: Apurar eventual irregularidade no funcionamento do estabelecimento "Chácara Luz Verde", consistente na falta das devidas licenças/certificações dos órgãos competentes.

**10. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001789-4 – SIGILOSO**

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

**11. Inquérito Civil nº 06.2017.00001974-4**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Fátima do Sul

Requerente: Jacira Dias da Silva

Requeridos: Município de Vicentina, Elaine Aparecida Mendes, Elenildo dos Santos Barbosa e Elidiano Shaustz

Assunto: Apurar eventual prática de nepotismo no âmbito do Município de Vicentina, em razão da nomeação de parentes de vereadores para exercerem cargos em comissão junto ao Poder Executivo.

**12. Inquérito Civil nº 38/2015**

42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Campo Grande e William José de Melo

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da Área R3, pertencente a William José de Melo, localizado na Área de Proteção Ambiental dos Mananciais do Córrego Lajeado - APA do Lajeado, em Campo Grande/MS.

#### **7.1.7. RELATOR-CONSELHEIRO ALEXANDRE LIMA RASLAN:**

##### **1. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2018.00014003-7**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Alvorada do Sul

Requerente: Denúncia Anônima

Requerido: A apurar

Assunto: Violação aos princípios administrativos.

##### **2. Inquérito Civil nº 06.2018.00001096-8**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Márcio Gianluppi

Assunto: Apurar eventual desmatamento de 9,57ha, no imóvel rural denominado Fazenda Varjão, de propriedade do Sr. Márcio Gianluppi, localizado no município de Nioaque/MS, conforme Parecer nº 135/16/NUGEO.

##### **3. Inquérito Civil nº 06.2018.00002196-5**

Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar irregularidades consistentes no fornecimento de alimentos impróprios para o consumo de crianças e adolescentes na merenda escolar.

##### **4. Inquérito Civil nº 06.2018.00001225-5 – SIGILOSO**

Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Bela Vista

##### **5. Inquérito Civil nº 06.2017.00000773-7**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Itaquiraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Prefeitura Municipal de Itaquiraí

Assunto: Apurar possíveis situações de nepotismo no Município.

##### **6. Inquérito Civil nº 06.2017.00000133-2 – SIGILOSO**

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

##### **7. Inquérito Civil nº 06.2018.00000752-0 – SIGILOSO**

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

##### **8. Inquérito Civil nº 06.2018.00001514-1**

2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar irregularidades na saída de alunos da Escola Estadual Bonifácio Camargo Gomes antes do término da aula, em razão do horário antecipado de saída do ônibus municipal que faz o transporte escolar.

##### **9. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002436-2**

25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Águas Guariroba S.A.

Assunto: Apurar eventual irregularidade nos serviços prestados pela empresa Águas Guariroba.

##### **10. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000656-4**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Regina Soares

Assunto: Apurar possível dano ambiental decorrente da prática da infração de poluição sonora proveniente do templo religioso denominado Igreja Pentecostal Jesus O Caminho da Salvação, situado nesta urbe.

**11. Inquérito Civil nº 06.2018.00000461-1 – SIGILOSO**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bonito

**12. Inquérito Civil nº 4/2015**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Costa Rica

Requerentes: Ministério Público Estadual e os vereadores municipais Adair Tiago de Oliveira e Ronivaldo Garcia Cota

Requeridos: Município de Costa Rica/MS (Waldeli dos Santos Rosa) e a empresa TMJB Ltda. -EPP

Assunto: Apurar eventuais atos de improbidade administrativa na contratação de empresa para prestação de serviços de limpeza de fossas.

**13. Inquérito Civil nº 6/2015**

2ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Aquidauana

Requerente: Wezer Lucarelli

Requerida: Prefeitura Municipal de Aquidauana

Assunto: Apurar denúncia a respeito da falta de medicamentos e materiais essenciais ao atendimento da população no Hospital Regional Estácio Muniz.

**8. Encerramento da reunião.**

**SECRETARIA-GERAL**

**AVISO**

A Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições legais que são conferidas pelo Anexo Único da Resolução n. 006/2012-PGJ, de 04 de abril de 2012, combinado com a alínea “e” do artigo 1º da Resolução nº 02/2001-PGJ, de 16 de março de 2001 avisa que fora revogada a Ordem de Serviço n. 001/2017-SG/MPMS, de 16 de março de 2017, estando vigente a partir da presente data a Ordem de Serviço n. 004/2019-SEG/MPMS, a qual não fora publicada integralmente em razão da política de segurança institucional.

Campo Grande-MS, 25 de março de 2019.

BIANKA KARINA BARROS DA COSTA

Promotora de Justiça e Secretária-Geral do MPMS

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 05/PGJ/2016.**

Processo PGJ/10/0003/2016.

Partes:

1 – **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu **Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, Helton Fonseca Bernardes**.

2 – **CLARO S.A.**, representada por **Giovanni Marques Gamba e Sidelvan Freitas Macedo**.

Amparo legal: Artigo 57, inciso II e artigo 65, inciso I, alínea “b”, e § 1º, da Lei nº 8.666/93.

Objeto: **Acréscimo no valor R\$ 2.978,00** (dois mil, novecentos e setenta e oito reais), valor estimado mensal contratado, em virtude do aumento de Serviço Móvel Celular sendo: 20 (vinte) unidades de Aparelho Celular – Grupo 1; 20 (vinte) unidades de Aparelho Celular – Grupo 2 - Valores fixos mensais; 40 (quarenta) unidades de Assinatura “intra-grupo” (custo zero) para os dois Grupos; 20 (vinte) unidades de Assinatura Básica para o Grupo 1 - Valores fixos mensais; 20 (vinte) unidades de Assinatura Básica para o Grupo 2 - Valores fixos mensais, de Sistema de Gestão On Line, sendo: 40 (quarenta) unidades de Assinatura do Serviço de Gestão Online (por linha ativa) e de Pacote Serviços Móvel 3G sendo: 20 (vinte) unidades de Pacote de Acesso à Internet – Apenas para Aparelhos Celulares do Grupo I – Mínimo de 3GB - Ilimitado por Aparelho, **prorrogação do prazo de vigência contratual** por 12 (doze) meses, de 1º.04.2019 até 31.03.2020, para prestação dos Serviços de Telefonia Móvel Pessoal (SMP) nas modalidades, local (VC1) e STFC/serviço de longa distância nacional (VC2 e VC3), com fornecimento de aparelhos em regime de comodato.

Valor contratual estimado mensal: R\$ 78.532,50 (setenta e oito mil, quinhentos e trinta e dois reais e cinquenta centavos).

Vigência: 1º.04.2019 a 31.03.2020.

Data de assinatura: 22 de março de 2019.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL N. 006/2019/32PJ/CGR**

A 32.<sup>a</sup> Promotoria de Justiça de Saúde Pública da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, nº 180, Chácara Cachoeira.

Os autos do referido procedimento poderão ser acessados via internet, no endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil 06.2019.00000498-1

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Hospital Regional de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar possíveis irregularidades no Almoxarifado do Hospital Regional de Mato Grosso do Sul.

Campo Grande, MS, 22 de março de 2019.

DANIELA CRISTINA GUIOTTI

Promotora de Justiça

**RECOMENDAÇÃO Nº 001/2019/30PJ/CGR**

Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002570-6

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da 30ª Promotoria de Justiça de Campo Grande/MS, representado pelo Promotor de Justiça subscritor, no uso das atribuições previstas no artigo 127 da Constituição Federal; artigo 27, parágrafo único, IV, da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei nº 8.625/1993), artigo 29, inciso IV, da Lei Orgânica Estadual do Ministério Público (Lei Complementar nº 72/1994) e artigo 44 da Resolução PGJ nº 015/2007:

CONSIDERANDO que ao Ministério Público cabe a defesa da ordem jurídica e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, caput, da CF/88; art. 1º da Lei nº 8.625/93 e art. 1º da LC nº 72/94), sendo que, para tanto, deve promover inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, III, da CF/88; art. 25, IV, b, da Lei nº 8.625/93 e art. 25, IV, b, da LC nº 72/94);

CONSIDERANDO que, segundo Hugo Nigro Mazzilli, o “Promotor de Justiça do Patrimônio Público e Social tem sua área de atuação voltada para a defesa da probidade e legalidade administrativas e da proteção do patrimônio público e social”;

CONSIDERANDO que a Recomendação “constitui um instrumento poderoso para conformação e adequação de condutas de agentes políticos e administradores públicos, consistindo numa espécie de notificação e alerta sinalizador da necessidade de que providências sejam tomadas, sob pena de consequências e adoção de outras medidas e expedientes repressivos por parte do Ministério Público”, viabilizando, dessa maneira, a demonstração de dolo para eventual ajuizamento de ação civil pública por ato de improbidade administrativa, sem prejuízo de ação própria para anulação do ato ilegal praticado;

CONSIDERANDO que, na linha do art. 37, caput, da Carta Maior da República, e do art. 25 da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, a Administração Pública deve pautar-se pelos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da eficiência, os quais são de plena exigibilidade jurídica, devendo ser observados compulsoriamente pelo ente público das esferas federal, estadual e municipal;

CONSIDERANDO a tramitação, no âmbito desta 30ª Promotoria de Justiça de Campo Grande, do Procedimento Preparatório n. 06.2018.00002570-6, tendo por objeto “apurar a ocorrência de irregularidades no processo voltado a elaboração de lista tríplice para a escolha do Diretor-Presidente da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul FUNDECT”;

CONSIDERANDO que conforme prova documental carreada aos autos de investigação, apurou-se que o Senhor Davi José Bungenstab foi nomeado para exercer o cargo de Diretor-Presidente da FUNDECT para o mandato de 01/01/2017 a 31/12/2019, tendo renunciado ao mandato em 29/05/2017 e exonerado em 01/06/2017;

CONSIDERANDO que a despeito da renúncia ter se dado em prazo inferior a 18 meses de exercício do mandato original, foi deflagrado processo de seleção pública de candidatos para preenchimento do cargo de Diretor-Presidente da Fundação, regulamentado pela Chamada FUNDECT n. 001/2017, para complementação do mandato referente ao triênio 2017-2019, e não para mandato completo, conforme preconizado no § 5º, do art. 17, do Decreto Estadual nº 13.545/2012

CONSIDERANDO, ainda, que no curso do processo seletivo, os Conselheiros Maristela de Oliveira França, Ricardo Senna e Fernando Mendes Lamas, cujos mandatos estavam vencidos desde 1º de janeiro de 2017, e o Conselheiro Fábio Edir dos Santos Costa, cujo mandato estava vencido desde 1º de janeiro de 2018, participaram de reuniões do Conselho Superior da FUNDECT, oportunidade onde foram decididas questões relativas ao Edital de Seleção Pública para o cargo de Diretor Presidente daquela fundação (Chamada FUNDECT n. 001/2017 Conselho Superior), bem como a atribuição de nota aos candidatos selecionados;

CONSIDERANDO que a definição da média final dos candidatos, decorrente da soma das pontuações obtidas pelos títulos apresentados com as notas atribuídas aos planos de trabalho por todos os Conselheiros presentes na reunião, teve inegável interferência dos Conselheiros Maristela de Oliveira França, Ricardo Senna, Fernando Mendes Lamas e Fábio Edir dos Santos Costa, que estavam com mandato vencido;

CONSIDERANDO que a inobservância da norma contida § 5º, do art. 17, do Decreto Estadual nº 13.545/2012, aliada a participação, no processo de seleção de candidatos, de Conselheiros que estavam com mandado vencido, eiva de vício a seleção pública para preenchimento do cargo de Diretor-Presidente da Fundação, regulamentado pela Chamada FUNDECT n. 001/2017;

CONSIDERANDO que de acordo com o Princípio da Autotutela, a Administração Pública pode exercer controle sobre seus próprios atos, tendo a possibilidade de anular os ilegais e de revogar os inoportunos;

CONSIDERANDO que o controle judicial dos atos administrativos somente se justifica como ultima ratio, isso quando verificada omissão da Administração Pública em relação ao controle de seus próprios atos; e

CONSIDERANDO que no caso em tela se mostra prudente que se oportunize aos órgãos da Administração Pública implicados, a deliberação sobre as ilegalidades apontadas, antes de qualquer adoção de medida judicial por parte desta Promotoria de Justiça;

RECOMENDA ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar, e ao Conselho Superior da FUNDECT, representado pelo Diretor-Presidente da Fundação, com fundamento no art. 27, parágrafo único, IV, da Lei n. 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e art. 44 da Resolução nº 015/2007-PGJ, que, com base no Princípio da Autotutela e diante dos vícios apontados, adotem providências voltadas a anulação o processo de seleção pública de candidatos para preenchimento do cargo de Diretor-Presidente da Fundação, regulamentado pela Chamada FUNDECT n. 001/2017, para a complementação do mandato referente ao triênio 2017-2019.

Solicita-se, ainda, que esta Promotoria de Justiça seja informada no prazo de 15 (quinze) dias, acerca das providências adotadas, ficando facultada a apresentação de informações e documentos que julgarem pertinentes.

Esclarece-se, também, que o descumprimento desta Recomendação poderá dar ensejo a propositura de medidas judiciais cabíveis, em caso de omissão e manutenção da situação fática em tela.

Por fim, DETERMINO as seguintes providências:

1) Encaminhe-se o teor deste expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar, e ao Conselho Superior da FUNDECT, representado pelo Diretor-Presidente da Fundação, mediante recibo por escrito, para conhecimento e providências nos termos alhures;

2) Após a providência acima, encaminhe-se cópia da presente para o setor de publicação do DOMP, para cumprimento das normas de publicidade da Recomendação;

3) Encaminhe-se, por fim, cópia da Recomendação ao Centro de Apoio Operacional do Patrimônio Público e Fundações, nos termos do art. 52 da Resolução n. 015/2007-PGJ-MS.

Campo Grande, MS, 11 de março de 2019.

MARCOS ALEX VERA DE OLIVEIRA  
Promotor de Justiça

---

**CORUMBÁ**

---

**RECOMENDAÇÃO Nº 0002/2019/02PJ/CBA**

O Ministério Público de Mato Grosso do Sul, através da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Constituição Federal, Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, Lei Federal nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, Lei Complementar Estadual nº 072, de 18 de janeiro de 1994, e pela Resolução PGJ nº 15 - PGJ, de 25 de agosto de 1997, resolve:

CONSIDERANDO que é atribuição do Ministério Público, instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, dentre as previstas no artigo 129 da Constituição Federal, promover as medidas necessárias à proteção do Meio Ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (inciso III);

CONSIDERANDO que o artigo 225 da Constituição da República estabelece que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações, de modo que o direito constitucional ao meio ambiente equilibrado implica, necessariamente, no correlato dever fundamental de atuação protetiva do meio ambiente pelos órgãos públicos;

CONSIDERANDO que é competência concorrente da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas, proteger as florestas, a fauna e a flora sendo o não cumprimento deste comando constitucional passível de responsabilização em sede de ação de improbidade administrativa, nos termos do artigo 23, inciso VI, da Constituição Federal, e nos artigos 10, inciso X, e 11, inciso II, da Lei nº 8.429/1992;

CONSIDERANDO que a Lei nº 6.938/1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, no seu artigo 2º, inciso V, determina o controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente lesivas;

CONSIDERANDO que, segundo o artigo 4º, inciso I, da Lei nº 6.938/1981, o desenvolvimento econômico-social deve se compatibilizar com a preservação da qualidade do meio ambiente e com o equilíbrio ecológico;

CONSIDERANDO que o desrespeito ao meio ambiente pode dar ensejo à responsabilização criminal das pessoas físicas e jurídicas, privadas e públicas, nos termos da Lei nº 9.605/1998;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, no artigo 225, § 4º, determina que o “Pantanal” é patrimônio nacional e sua utilização será feita, na forma da lei, de forma a preservá-lo, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais;

CONSIDERANDO que o Brasil é signatário da Convenção de RAMSAR e tal instrumento, em seu artigo 4.1, determina que *“Cada Parte Contratante deverá promover a conservação de zonas úmidas e de aves aquáticas estabelecendo reservas naturais nas zonas úmidas, quer estas estejam ou não inscritas na Lista, e providenciar a sua proteção apropriada”*;

CONSIDERANDO que, segundo a Convenção de RAMSAR, quando tratar-se de áreas úmidas compartilhadas com outros países, *“As Partes Contratantes se consultarão mutuamente sobre a execução das obrigações decorrentes desta Convenção, principalmente no caso de a zona úmida se estender sobre territórios de mais de uma Parte Contratante ou no caso em que a bacia hidrográfica seja compartilhada pelas Partes Contratantes. Deverão ao mesmo tempo empreender esforços no sentido de coordenar e apoiar políticas e regulamentos atuais e futuros relativos à conservação de zonas úmidas e à sua flora e fauna. (5.1)”*;

CONSIDERANDO a importância da conservação e recuperação das áreas úmidas do mundo, como enfatizado no 5º Relatório Nacional da Convenção de Diversidade Biológica (CDB): *“A importância das zonas úmidas é tão extraordinária que, apesar de ocuparem apenas entre 5 a 8% do planeta elas são responsáveis por 46% de todos os serviços ambientais globais estimados. Em sua maioria, as comunidades que vivem perto de zonas úmidas são fortemente dependentes desses ecossistemas e são diretamente afetadas pela sua degradação. Apesar de sua importância, estima-se que as zonas úmidas estejam sendo alteradas e perdidas em um ritmo mais rápido do que os outros ecossistemas”*;

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 12.651/2012 estabeleceu, em seu artigo 10, que os “pantanais” são áreas de uso restrito (AUR);

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 14.273, de 08 de outubro de 2015, dispõe sobre a utilização da Área de Uso Restrito da planície inundável do Pantanal, no Estado de Mato Grosso do Sul, estabelecendo no artigo 12, inciso II, alguns critérios que permitem a supressão da vegetação nativa;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 4º, do supracitado Decreto Estadual, a utilização da Área de Uso Restrito da planície inundável do Pantanal não poderá comprometer as funções ambientais das áreas que as compõem, quais sejam, as de: I - preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade; II - facilitar o fluxo gênico de fauna e flora; e III - proteger o solo;

CONSIDERANDO que o artigo 41, da Lei Federal nº 9.985/2000 considera como Unidade de Conservação as reservas de biosfera, e o Pantanal está elencado nesta categoria;

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 12.651/2012 estabeleceu, no artigo 26, § 4º, III, que nos procedimentos para autorização de supressão vegetal são necessárias, no mínimo, as informações sobre o uso das áreas já convertidas;

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 12.651/2012 estabeleceu, no artigo 27, que nas “áreas passíveis de uso alternativo do solo, a supressão de vegetação que abrigue espécie da flora ou da fauna ameaçada de extinção, segundo lista oficial publicada pelos órgãos federal ou estadual ou municipal do Sisnama, ou espécies migratórias, dependerá da adoção de medidas compensatórias e mitigadoras que assegurem a conservação da espécie”;

CONSIDERANDO que o Zoneamento Ecológico Econômico do Mato Grosso do Sul, aprovado pela Lei Estadual n. 3.839/2009, estabelece que “no licenciamento ambiental dos empreendimentos ou atividades em Áreas Prioritárias para Proteção da Biodiversidade, e em Corredores da Biodiversidade, deverá ser exigida a adoção de medidas de compensação ambiental para criação de Unidades de Conservação que contemplem tais áreas, visando ao ressarcimento financeiro pelos efeitos de impactos ambientais não mitigáveis, independentes de serem licenciados com EIA/RIMA.”;

CONSIDERANDO que o Zoneamento Ecológico Econômico do Mato Grosso do Sul, aprovado pela Lei Estadual nº 3.839/2009, prevê a área da Zona Planície Pantaneira (ZPP) e nesta “Zona, por conter a maior planície interior inundável do planeta, reconhecido patrimônio nacional, e possuir um nível de preservação elevado merece atenção especial. As atividades ali desenvolvidas devem estar atentas ao nível de preservação da planície e as condições históricas de sua ocupação. Não sendo possível, portanto, permitir atividades que, mesmo vantajosas momentaneamente, venham comprometer a qualidade do ecossistema pantaneiro. Neste sentido, toda e qualquer atividade produtiva na planície pantaneira deverá ser monitorada, visando à preservação histórica e cultural do uso sustentável desse ambiente natural.”;

CONSIDERANDO que o Zoneamento Ecológico Econômico do Mato Grosso do Sul, aprovado pela Lei Estadual nº 3.839/2009, prevê que a área da Zona Planície Pantaneira (ZPP) “deve ser classificada como uma ZONA DE PRESERVAÇÃO com variável de adaptação CONSOLIDAÇÃO das atividades de tradição cultural ali presente”;

CONSIDERANDO que o Zoneamento Ecológico Econômico do Mato Grosso do Sul, aprovado pela Lei Estadual n. 3.839/2009, prevê que na área da Zona Planície Pantaneira (ZPP) não é recomendada a “Instalação de empreendimentos e atividades que alterem a moldura do terreno (mecanização de lavouras com destruição de “cordilheiras”, aterramento de lagoas, polderização, dentre outros), o regime hídrico dos rios da planície pantaneira, nos termos do Plano Estadual de Recursos Hídricos e respectivos comitês de bacias hidrográficas pertinentes”;

CONSIDERANDO que a Lei nº 9.985/2000, que no artigo 36 estabelece critérios de compensação ambiental nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, assim considerado pelo órgão ambiental competente, com fundamento em estudo de impacto ambiental e respectivo relatório – EIA/RIMA, o empreendedor é obrigado a apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral, de acordo com o disposto neste artigo e no regulamento desta Lei;

CONSIDERANDO a Nota Técnica da Embrapa de 18 de outubro de 2013<sup>1</sup> e o artigo 10º, da Lei nº 12.651/2015, que determina as áreas inundáveis do Pantanal o regime de Área de Uso Restrito - AUR, sendo admitido como “exploração ecologicamente sustentável” para estas áreas; e também que a sustentabilidade ecológica implica em parâmetros de natureza bioecológica como base para a definição de formas, limites e regulamentos para o exercício das atividades econômicas, sem que isso inviabilize a economia;

CONSIDERANDO o pedido de licenciamento para supressão vegetal e substituição de pastagem na Fazenda Santa Glória, localizada na sub-bacia do rio Taquari, no município de Corumbá/MS, em uma área que totaliza 11.514,0974 hectares;

CONSIDERANDO que encaminhado pelo Núcleo Técnico do Centro Integrado de Proteção e Pesquisa Ambiental – CEIPPAM o Parecer nº 08/2018/CEIPPAM, no qual, após realizarem a análise do Procedimento Administrativo PRE00611/2016-IMASUL (SPI nº 61/402551/2016), do Estudo de Impacto Ambiental – EIA, datado de junho/2016 e do Plano Básico Ambiental – PBA, datado de junho/2016, concluíram pela existência de falhas e omissões no EIA e no Procedimento de Licenciamento;

E CONSIDERANDO a competência do Ministério Público para expedir recomendações, visando o respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis, requisitando ao destinatário sua divulgação adequada e imediata, assim como resposta por escrito<sup>2</sup>;

RECOMENDA, nos termos do artigo 27, inciso II, da Lei Federal nº 8.625/1993, ao Diretor Presidente do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul e à pessoa Jurídica Majora Participações LTDA., com a máxima urgência, adotar providências para sanar as falhas e omissões constantes no Termo de Referência, no EIA-RIMA e no Procedimento Administrativo SPI nº 61/402551/2016, que tratam da supressão vegetal e substituição de pastagem em 11.514,0974 hectares da Fazenda Santa Glória, apontadas no Parecer nº 08/2018/CEIPPAM, o que leva à elaboração de novo Termo de Referência, seguida da realização de novo Estudo, sanando-se as omissões apontadas, devendo o IMASUL se abster de expedir a autorização ambiental de supressão, enquanto não sanadas todas as falhas e omissões;

Requisita-se aos destinatários da Recomendação a sua divulgação adequada e imediata.

Concede-se o prazo de 10 (dez) dias úteis para que os Recomendados encaminhem ao Ministério Público Estadual resposta, por escrito, sobre o acatamento ou não desta Recomendação, e, em caso positivo, comprovem as medidas adotadas em cumprimento.

A ausência de observância desta Recomendação impulsionará o Ministério Público Estadual a adotar as providências judiciais e extrajudiciais pertinentes para garantir a prevalência das normas de proteção correspondentes.

A presente Recomendação não exclui a irrestrita necessidade de plena observância de todas as normas constitucionais e infraconstitucionais em vigor.

Remeta-se cópia desta Recomendação para publicação no Diário Oficial do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (DOMP).

Corumbá/MS, 19 de março de 2019.

ANA RACHEL BORGES DE FIGUEIREDO NINA  
Promotora de Justiça

<sup>1</sup> <https://www.embrapa.br/...Pantanal.../4fba305d-71e3-4d7f-bf33-eb9fa99b5496>

<sup>2</sup> Artigo 6º, inciso XX, da Lei Complementar nº 75/1993; artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8.625/1993, artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar nº 72/1994, e Artigo 44 da Resolução PGJ nº 015/2007.

**RECOMENDAÇÃO Nº 0003/2019/02PJ/CBA**

O Ministério Público de Mato Grosso do Sul, através da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Constituição Federal, Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, Lei Federal nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, Lei Complementar Estadual nº 072, de 18 de janeiro de 1994, e pela Resolução PGJ nº 15 - PGJ, de 25 de agosto de 1997, resolve:

CONSIDERANDO que é atribuição do Ministério Público, instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, dentre as previstas no artigo 129 da Constituição Federal, promover as medidas necessárias à proteção do Meio Ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (inciso III);

CONSIDERANDO que o artigo 225 da Constituição da República estabelece que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações, de modo que o direito constitucional ao meio ambiente equilibrado implica, necessariamente, no correlato dever fundamental de atuação protetiva do meio ambiente pelos órgãos públicos;

CONSIDERANDO que é competência concorrente da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas, proteger as florestas, a fauna e a flora sendo o não cumprimento deste comando constitucional passível de responsabilização em sede de ação de improbidade administrativa, nos termos do artigo 23, inciso VI, da Constituição Federal, e nos artigos 10, inciso X, e 11, inciso II, da Lei nº 8.429/1992;

CONSIDERANDO que a Lei nº 6.938/1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, no seu artigo 2º, inciso V, determina o controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente lesivas;

CONSIDERANDO que, segundo o artigo 4º, inciso I, da Lei nº 6.938/1981, o desenvolvimento econômico-social deve se compatibilizar com a preservação da qualidade do meio ambiente e com o equilíbrio ecológico;

CONSIDERANDO que o desrespeito ao meio ambiente pode dar ensejo à responsabilização criminal das pessoas físicas e jurídicas, privadas e públicas, nos termos da Lei nº 9.605/1998;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, no artigo 225, § 4º, determina que o “Pantanal” é patrimônio nacional e sua utilização será feita, na forma da lei, de forma a preservá-lo, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais;

CONSIDERANDO que o Brasil é signatário da Convenção de RAMSAR e tal instrumento, em seu artigo 4.1, determina que *“Cada Parte Contratante deverá promover a conservação de zonas úmidas e de aves aquáticas estabelecendo reservas naturais nas zonas úmidas, quer estas estejam ou não inscritas na Lista, e providenciar a sua proteção apropriada”*;

CONSIDERANDO que, segundo a Convenção de RAMSAR, quando tratar-se de áreas úmidas compartilhadas com outros países, *“As Partes Contratantes se consultarão mutuamente sobre a execução das obrigações decorrentes desta Convenção, principalmente no caso de a zona úmida se estender sobre territórios de mais de uma Parte Contratante ou no caso em que a bacia hidrográfica seja compartilhada pelas Partes Contratantes. Deverão ao mesmo tempo empreender esforços no sentido de coordenar e apoiar políticas e regulamentos atuais e futuros relativos à conservação de zonas úmidas e à sua flora e fauna. (5.1)”*;

CONSIDERANDO a importância da conservação e recuperação das áreas úmidas do mundo, como enfatizado no 5º Relatório Nacional da Convenção de Diversidade Biológica (CDB): *“A importância das zonas úmidas é tão extraordinária que, apesar de ocuparem apenas entre 5 a 8% do planeta elas são responsáveis por 46% de todos os serviços ambientais globais estimados. Em sua maioria, as comunidades que vivem perto de zonas úmidas são fortemente dependentes desses ecossistemas e são diretamente afetadas pela sua degradação. Apesar de sua importância, estima-se que as zonas úmidas estejam sendo alteradas e perdidas em um ritmo mais rápido do que os outros ecossistemas”*;

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 12.651/2012 estabeleceu, em seu artigo 10, que os “pantanais” são áreas de uso restrito (AUR);

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 14.273, de 08 de outubro de 2015, dispõe sobre a utilização da Área de Uso Restrito da planície inundável do Pantanal, no Estado de Mato Grosso do Sul, estabelecendo no artigo 12, inciso II, alguns critérios que permitem a supressão da vegetação nativa;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 4º, do supracitado Decreto Estadual, a utilização da Área de Uso Restrito da planície inundável do Pantanal não poderá comprometer as funções ambientais das áreas que as compõem, quais sejam, as de: I - preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade; II - facilitar o fluxo gênico de fauna e flora; e III - proteger o solo;

CONSIDERANDO que o artigo 41, da Lei Federal nº 9.985/2000 considera como Unidade de Conservação as reservas de biosfera, e o Pantanal está elencado nesta categoria;

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 12.651/2012 estabeleceu, no artigo 26, § 4º, III, que nos procedimentos para autorização de supressão vegetal são necessárias, no mínimo, as informações sobre o uso das áreas já convertidas;

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 12.651/2012 estabeleceu, no artigo 27, que nas “*áreas passíveis de uso alternativo do solo, a supressão de vegetação que abrigue espécie da flora ou da fauna ameaçada de extinção, segundo lista oficial publicada pelos órgãos federal ou estadual ou municipal do Sisnama, ou espécies migratórias, dependerá da adoção de medidas compensatórias e mitigadoras que assegurem a conservação da espécie*”;

CONSIDERANDO que o Zoneamento Ecológico Econômico do Mato Grosso do Sul, aprovado pela Lei Estadual n. 3.839/2009, estabelece que “*no licenciamento ambiental dos empreendimentos ou atividades em Áreas Prioritárias para Proteção da Biodiversidade, e em Corredores da Biodiversidade, deverá ser exigida a adoção de medidas de compensação ambiental para criação de Unidades de Conservação que contemplem tais áreas, visando ao ressarcimento financeiro pelos efeitos de impactos ambientais não mitigáveis, independentes de serem licenciados com EIA/RIMA.*”;

CONSIDERANDO que o Zoneamento Ecológico Econômico do Mato Grosso do Sul, aprovado pela Lei Estadual nº 3.839/2009, prevê a área da Zona Planície Pantaneira (ZPP) e nesta “*Zona, por conter a maior planície interior inundável do planeta, reconhecido patrimônio nacional, e possuir um nível de preservação elevado merece atenção especial. As atividades ali desenvolvidas devem estar atentas ao nível de preservação da planície e as condições históricas de sua ocupação. Não sendo possível, portanto, permitir atividades que, mesmo vantajosas momentaneamente, venham comprometer a qualidade do ecossistema pantaneiro. Neste sentido, toda e qualquer atividade produtiva na planície pantaneira deverá ser monitorada, visando à preservação histórica e cultural do uso sustentável desse ambiente natural.*”;

CONSIDERANDO que o Zoneamento Ecológico Econômico do Mato Grosso do Sul, aprovado pela Lei Estadual nº 3.839/2009, prevê que a área da Zona Planície Pantaneira (ZPP) “*deve ser classificada como uma ZONA DE PRESERVAÇÃO com variável de adaptação CONSOLIDAÇÃO das atividades de tradição cultural ali presente*”;

CONSIDERANDO que o Zoneamento Ecológico Econômico do Mato Grosso do Sul, aprovado pela Lei Estadual n. 3.839/2009, prevê que na área da Zona Planície Pantaneira (ZPP) não é recomendada a “*Instalação de empreendimentos e atividades que alterem a moldura do terreno (mecanização de lavouras com destruição de “cordilheiras”, aterramento de lagoas, polderização, dentre outros), o regime hídrico dos rios da planície pantaneira, nos termos do Plano Estadual de Recursos Hídricos e respectivos comitês de bacias hidrográficas pertinentes*”;

CONSIDERANDO que a Lei nº 9.985/2000, que no artigo 36 estabelece critérios de compensação ambiental nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, assim considerado pelo órgão ambiental competente, com fundamento em estudo de impacto ambiental e respectivo relatório – EIA/RIMA, o empreendedor é obrigado a apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral, de acordo com o disposto neste artigo e no regulamento desta Lei;

CONSIDERANDO a Nota Técnica da Embrapa de 18 de outubro de 2013<sup>3</sup> e o artigo 10º, da Lei nº 12.651/2015, que determina as áreas inundáveis do Pantanal o regime de Área de Uso Restrito - AUR, sendo admitido como “exploração

<sup>3</sup> <https://www.embrapa.br/...Pantanal.../4fba305d-71e3-4d7f-bf33-cb9fa99b5496>

ecologicamente sustentável” para estas áreas; e também que a sustentabilidade ecológica implica em parâmetros de natureza bioecológica como base para a definição de formas, limites e regulamentos para o exercício das atividades econômicas, sem que isso inviabilize a economia;

CONSIDERANDO o pedido de licenciamento para supressão vegetal e substituição de pastagem na Fazenda São Sebastião, localizada na sub-bacia do rio Taquari, no município de Corumbá/MS, em uma área que totaliza 10.516,8331 hectares;

CONSIDERANDO que encaminhado pelo Núcleo Técnico do Centro Integrado de Proteção e Pesquisa Ambiental – CEIPPAM o Parecer nº 18/2018/CEIPPAM, no qual, após realizarem a análise do Procedimento Administrativo PRE00867/2015-IMASUL (SPI nº 61/406019/2015), do Estudo de Impacto Ambiental – EIA, datado de fevereiro/2016, e do Plano Básico Ambiental – PBA, datado de fevereiro/2016, concluíram pela existência de falhas e omissões no EIA e no Procedimento de Licenciamento;

E CONSIDERANDO a competência do Ministério Público para expedir recomendações, visando o respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis, requisitando ao destinatário sua divulgação adequada e imediata, assim como resposta por escrito<sup>4</sup>;

RECOMENDA, nos termos do artigo 27, inciso II, da Lei Federal nº 8.625/1993, ao Diretor Presidente do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul e à pessoa Jurídica Majora Participações LTDA., com a máxima urgência, adotar providências para sanar as falhas e omissões constantes no Termo de Referência, no EIA-RIMA e no Procedimento Administrativo SPI nº 61/402000/2016, que tratam da supressão vegetal e substituição de pastagem em 10.516,8331 hectares da Fazenda São Sebastião, apontadas no Parecer nº 18/2018/CEIPPAM, o que leva à elaboração de novo Termo de Referência, seguida da realização de novo Estudo, sanando-se as omissões apontadas, devendo o IMASUL se abster de expedir a autorização ambiental de supressão, enquanto não sanadas todas as falhas e omissões.

Requisita-se aos destinatários da Recomendação a sua divulgação adequada e imediata.

Concede-se o prazo de 10 (dez) dias úteis para que os Recomendados encaminhem ao Ministério Público Estadual resposta, por escrito, sobre o acatamento ou não desta Recomendação, e, em caso positivo, comprovem as medidas adotadas em cumprimento.

A ausência de observância desta Recomendação impulsionará o Ministério Público Estadual a adotar as providências judiciais e extrajudiciais pertinentes para garantir a prevalência das normas de proteção correspondentes.

A presente Recomendação não exclui a irrestrita necessidade de plena observância de todas as normas constitucionais e infraconstitucionais em vigor.

Remeta-se cópia desta Recomendação para publicação no Diário Oficial do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (DOMP).

Corumbá/MS, 19 de março de 2019.

ANA RACHEL BORGES DE FIGUEIREDO NINA  
Promotora de Justiça

<sup>4</sup> Artigo 6º, inciso XX, da Lei Complementar nº 75/1993; artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8.625/1993, artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar nº 72/1994, e Artigo 44 da Resolução PGJ nº 015/2007.

---

**DOURADOS**

---

**EDITAL 0011/2019/10PJ/DOS**

A 10ª Promotoria de Justiça de Dourados toma pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua João Corrêa Neto nº 400, Bairro Santo Antônio, Dourados/MS. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000480-4

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Dourados

Assunto: Averiguar a ausência de condições adequadas da pista de pouso e decolagem do aeroporto de Dourados/MS, bem como empreender medidas colaborativas para a reversão das eventuais irregularidades.

Dourados, 21 de março de 2019.

ETÉOCLES BRITO MENDONÇA DIAS JÚNIOR

Promotor de Justiça

---

**COMARCAS DE 2ª ENTRÂNCIA**

---

---

**COXIM**

---

**EDITAL Nº 0013/2019/02PJ/CXM**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo descrito, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes nº 105, Vila São Salvador, na cidade de Coxim-MS.

Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001023-9

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: A apurar.

Assunto: Fiscalizar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta celebrado nos autos do Inquérito Civil 06.2017.00001185-2, entre o Ministério Público Estadual e o compromissário Antonio Machado Nantes.

Coxim/MS, 20 de março de 2019

DANIELLA COSTA DA SILVA

Promotora de Justiça

---

**JARDIM**

---

**RECOMENDAÇÃO**

Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002310-8

Assunto: Apurar as causas de evasão escolar no Município de Guia Lopes da Laguna/MS.

**RECOMENDAÇÃO**

O Ministério Público Estadual, por sua Promotora de Justiça que ao final subscreve, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 129 da Constituição Federal, artigo 132 da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, artigo 26, inciso IV, alínea “b” e artigo 28, ambos da Lei Complementar n.º 72/1994 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul), e:

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais, nos termos do art. 127 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que pode o Ministério Público, no cumprimento de suas atribuições funcionais, para evitar ou estancar prontamente lesões aos interesses da sociedade, “expedir recomendações, visando a melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como ao respeito, aos interesses, direitos e bens cuja a defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para a adoção de providências cabíveis”, conforme dispõem o art. 6, inciso XX, da Lei Complementar nº 75/93 e o art. 69, alínea “d”, da Lei Estadual nº 141/96;

CONSIDERANDO que ao Ministério Público foi dada legitimação ativa para a defesa judicial e extrajudicial dos interesses e direitos atinentes à infância e juventude, conforme arts. 127 e 129, inciso II, alínea “m”, da Constituição Federal e arts. 201, incisos V e VIII e 210, inciso I da Lei nº 8.069/90;

CONSIDERANDO que é dever do Poder Público assegurar a crianças e adolescentes, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária;

CONSIDERANDO que a educação é um direito social fundamental, conforme disposto no art. 6º, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que o Conselho Tutelar é órgão fundamental para defesa dos direitos assegurados as crianças e adolescentes, competindo-lhe atender o segmento infantojuvenil quando em situação de risco pessoal e social, nos termos do art. 136, I, do ECA;

CONSIDERANDO a imprescindibilidade do Conselho Tutelar desta cidade exercer suas atribuições da forma preconizada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, através de ação articulada com este órgão ministerial e os demais componentes da rede de atendimento do Município;

CONSIDERANDO que uma das medidas de proteção de que deve lançar mão o Conselho Tutelar no exercício de duas funções é a matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento de ensino fundamental, na forma prevista no art. 101, III, da Lei 8.069/90, sendo a medida também aplicável aos pais ou responsáveis, conforme disposto no art. 129, V, do mesmo estatuto;

CONSIDERANDO que, mais que a aplicação pura e simples da medida protetiva, o Conselho Tutelar deverá atuar de modo proativo, como intermediador entre a escola e família, na tentativa de obtenção de solução para os casos que envolvem evasão escolar, nisso incluindo, caso necessário, o comparecimento à escola, reunião com os dirigentes da instituição de ensino e com os responsáveis pela criança ou adolescente, com as advertências e cuidados que se fizerem necessárias à obtenção do fim pretendido (art. 129, VII, do ECA);

CONSIDERANDO que, para o melhor enfrentamento das situações de infrequência, abandono e evasão escolar, o órgão de proteção deverá ser comunicado prontamente pela escola, a fim de que adote estratégias de atuação protetiva no caso concreto;

CONSIDERANDO que as situações de infrequência, abandono e evasão escolar também merecem enfrentamento no âmbito interno da escola, uma vez que sua gênese, direta ou indiretamente, está relacionada a fatores vivenciados no próprio ambiente escolar;

CONSIDERANDO a incumbência dos estabelecimentos de ensino prover os meios necessários para a recuperação dos alunos de menor rendimento, conforme disposto no art. 12, V, da Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), contexto em que se insere, sem dúvidas, o aluno com baixa frequência escolar;

CONSIDERANDO a atual Lei nº 13.803/2019, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases e Educação, em seu artigo 12, inciso VIII, passando a vigorar com a seguinte redação: “Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: (...) VIII - notificar ao Conselho Tutelar do Município a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de 30% (trinta por cento) do percentual permitido em lei;”

CONSIDERANDO as informações trazidas a Promotoria de Justiça desta Comarca acerca de infrequência, abandono e evasão de alunos da rede pública de ensino de Guia Lopes da Laguna/MS, havendo a necessidade de articular a integração intersetorial entre os atores do Sistema de Garantias de Direitos para combater as causas de tal situação;

#### RESOLVE RECOMENDAR

A) Aos diretores das escolas públicas municipais e estaduais localizadas em Guia Lopes da Laguna que:

I - Uma vez constatada situação de infrequência, abandono ou evasão escolar, adotem, no âmbito da própria unidade de ensino, as providências cabíveis com vistas à reinserção do aluno nas atividades escolares, utilizando-se, para tanto, dos mecanismos pedagógicos de que dispuser;

II - esgotados os recursos escolares, sem êxito, comuniquem o fato ao Conselho Tutelar (observando-se o 12, VIII, da Lei nº 9.394/96), encaminhando-se a respectiva lista de frequência, a fim de que sejam aplicadas as medidas de proteção pertinentes para enfrentamento do problema;

B) Ao Conselho Tutelar de Guia Lopes da Laguna/MS que, ao serem comunicados pela escola de casos de infrequência, abandono ou evasão escolar por crianças ou adolescentes que:

2.1) aplique as medidas de proteção cabíveis, dentre elas:

a) a elencada no art. 101, inciso III, do ECA, frisando que não compete ao órgão de proteção somente a aplicação pura e simples da medida, com a tomada de termo responsabilidade, mas, sim, o acompanhamento de seu cumprimento, e isso inclui, caso necessário, o comparecimento à escola, reunião com os dirigentes da instituição de ensino e com os responsáveis pela criança ou adolescente, com as advertências e cuidados que se fizerem necessários à obtenção do fim pretendido (art. 129, VII, do ECA);

b) aquelas previstas no art. 101, incisos II e IV, ou seja, a de orientação, apoio e acompanhamento temporários e a de inclusão em serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família, da criança e do adolescente, o que implica na inserção da família e do adolescente nos serviços socioassistenciais do município, e acompanhe sua execução, podendo, para tanto, requisitar que a unidade socioassistencial (CRAS) lhes envie periodicamente (a cada três meses, por exemplo) relatório de acompanhamento do caso, para que assim possam aferir se a situação de risco restou sanada ou não;

c) aplique aos pais a medida insculpida no art. 129, V e VII, da Lei 8.069/90, com as advertências pertinentes, inclusive quanto à possibilidade de suspensão/destituição do poder familiar e de aplicação de multa pela prática da infração administrativa elencada no art. 249, da mesma Lei, e promova seu acompanhamento;

d) atue como intermediador entre a escola e família, na tentativa de obtenção de solução para o caso, diligenciando, caso necessário, o comparecimento à escola, reunião com os dirigentes da instituição de ensino e com os responsáveis pela criança ou adolescente, orientando-os a acompanhar e zelar pelo caso;

C) À Secretaria Municipal de Assistência Social de Guia Lopes da Laguna/MS que:

a) promova a execução das medidas de proteção (art. 101, incisos II e IV, do ECA) e aquelas previstas no art. 129, do ECA (inciso I e IV), aplicadas pelo Conselho Tutelar, inserindo a criança/adolescente e sua família no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), dentre outros, devendo os profissionais que atuam nas unidades socioassistenciais, no caso de resistência da criança/adolescente à participação das atividades, utilizarem-se de suas técnicas de acompanhamento para sensibilizar a família a acolher as orientações e direcionamentos oferecidos, mormente no que diz respeito à importância da frequência à escola e o papel dos genitores na concretização do direito à educação de seus filhos e sua eventual responsabilidade, em caso de omissão, e também o dever dos filhos de se submeter ao poder familiar dos pais;

b) providencie para que a equipe de referência desses serviços esclareça aos pais e filhos de que a evasão escolar é causa para a perda do benefício bolsa família, acaso concedido, nos termos do art. 3º-A, parágrafo único, da Lei nº 10.836/2004.

Remeta-se esta Recomendação aos seus destinatários, aos quais concedo o prazo de 30 (trinta) dias para que informem a esta Promotoria de Justiça quais foram as medidas adotadas em cumprimento à presente Recomendação.

Adverte-se os destinatários de que o não acatamento da presente recomendação autoriza o Ministério Público a adotar as medidas judiciais cabíveis, entre as quais, a propositura de Ação Civil Pública, sem prejuízo das sanções cíveis, penais e administrativas que por ventura o caso recomende.

Para melhor conhecimento e divulgação, determino a remessa de cópias da presente recomendação: A) Ao Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e Juventude; B) à imprensa do MPE/MS para publicação no DOMP.

Cumpra-se.

Jardim/MS, 20 de março de 2019.

LIA PAIM LIMA  
Promotora de Justiça

---

#### COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

---

#### ANAURILÂNDIA

---

#### EDITAL Nº 0008/2019/PJ/AID

A Promotoria de Justiça de Anaurilândia/MS torna pública a instauração de Procedimento Administrativo, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Floriano Peixoto, nº 1001, Centro, Ed. do Fórum, Anaurilândia/MS – telefone (67) 3445-1393. Os autos encontram-se registrados no sistema informatizado SAJMP, o qual poderão ser integralmente acessados via internet no endereço eletrônico <http://consultadeprocementos/consulta/SAJ/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001049-4

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido(s): Município Anaurilândia.

Assunto: Acompanhar as tratativas da Prefeitura Municipal de Anaurilândia com empresas interessadas em instalarem neste município mediante atividade de fomento em razão de recursos oriundos de acordo realizado com a CESP.

Anaurilândia/MS, 18 de março de 2019.

ALLAN THIAGO BARBOSA ARAKAKI  
Promotor de Justiça.

---

**PORTO MURTINHO**

---

**EDITAL N° 0003/2019/PJ/PTM**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Murtinho/MS, instauração do presente Procedimento Administrativo, o qual se encontra a disposição de quem possa interessar na Rua 13 de maio, 444, Centro, Edifício do Fórum, em Porto Murtinho.

Procedimento Administrativo n. 09.2019.00000900-0

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Firmino Miranda Cortada Filho

Assunto: Acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral do TAC firmado entre o MPE e Firmino Miranda Cortada Filho, referente aos autos de IC n. 06.2018.00002125-4.

Porto Murtinho/MS, 12/03/2019

JULIANA PELLEGRINO VIEIRA

Promotora de Justiça

**EDITAL N° 0004/2019/PJ/PTM**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Murtinho/MS, instauração do presente Procedimento Administrativo, o qual se encontra a disposição de quem possa interessar na Rua 13 de maio, 444, Centro, Edifício do Fórum, em Porto Murtinho.

Procedimento Administrativo n. 09.2019.00000897-7

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Soraya Rodrigues Tavares Bambil

Assunto: Acompanhamento de Termo de Ajustamento de Conduta referente aos ICs nº 06.2017.00002365-9 e nº 06.2017.00002366-0, firmado entre o MPE e Soraya Rodrigues Tavares Bambil.

Porto Murtinho/MS, 13/03/2019

JULIANA PELLEGRINO VIEIRA

Promotora de Justiça